

*Dossiê: História,
Sexualidade e Educação*

*Eu não quero voltar sozinho: uma breve reflexão sobre
sua censura no cine educação do Acre em 2011*

*I don't want to go back alone: a brief reflection upon its
censorship at Acre's cine education in 2011*

*Anderson da Cruz Nunes**
*Ângela Pereira Oliveira***
*Aristeu Elisandro Machado Lopes****

Resumo: O presente trabalho baseia-se num fato ocorrido no Estado do Acre, referente à intervenção que censurou a exibição do curta “Eu não quero voltar sozinho”, de Daniel Ribeiro, em um evento educacional, por um grupo político conservador. O evento intitulado Cine Educação, tem como base a utilização de material cinematográfico na formação escolar, utilizando diferentes temáticas. Com o objetivo de realizar uma breve análise da cultura brasileira, uma professora escolheu-o para trabalhar com alunos do Ensino Médio. Pretendemos enfatizar aspectos do vídeo, que permitem uma análise da sexualidade. Além de discutir algumas possíveis justificativas para sua censura, contribuindo, assim, para demonstrar

Abstract: The present study is based on a fact that occurred in Acre referring intervention, when the exhibition of the short film entitled “I don't want to go back alone”, directed by Daniel Ribeiro, in an educational event, was censored by a group of conservative politicians. The event entitled Cine Education, is based on the use of cinematographic material in scholar education, using different themes. Aiming to perform a brief analysis of Brazilian culture, a teacher chose him to work with high school students. We intend to emphasize aspects of the video that allow an analysis of sexuality. In addition to discussing some possible justifications for his censure, thus helping to demonstrate that this kind of repressive practice is still present in a democratic

* Graduado em História Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas. Professor na rede de ensino na cidade de Pelotas. *E-mail:* andersonnunespelotas@gmail.com

** Acadêmica do curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista do PET Diversidade e Tolerância. *E-mail:* angelapoliveira2@gmail.com

***Doutor em História pela UFRGS. Professor Adjunto na Universidade Federal de Pelotas. *E-mail:* aristeuufpel@yahoo.com.br

que esse tipo de prática repressiva ainda está presente em um sistema democrático; o alerta a que o texto trata tende a uma discussão sobre algumas políticas-culturais.

system , the alert text is tends to a discussion of some political – cultural.

Palavras-chave: educação; sexualidade; censura.

Keywords: education; sexuality; censorship.

Diversos jornais e *sites*¹ noticiaram no mês de junho de 2011, com grande indignação, a intervenção política ocorrida em um programa educativo no Estado do Acre, no qual foi proibida a exibição de um curta-metragem por este apresentar como tema central a homossexualidade. O vídeo que causou polêmica na escola foi o curta brasileiro intitulado *Eu não quero voltar sozinho*,² produzido em 2010, por Daniel Ribeiro. Nesse mesmo ano, no Festival de Paulínia, o curta foi escolhido como melhor filme no júri e também pelo público.

O curta se tornou manchete por ser censurado no projeto *Cine Educação*, realizado em vários estados, através de parcerias entre Secretarias de Educação e a Cinemateca Brasileira. Este projeto pedagógico interdisciplinar tem por objetivo introduzir o audiovisual e a arte na sala de aula, no ensino básico de todo o País, proporcionando uma melhoria no ensino. Todos os assuntos escolhidos para serem trabalhados, através de cinematografia, são temas transversais aos Parâmetros Curriculares Nacionais.³

Inicialmente, alguns alunos que assistiram ao curta, em uma escola na cidade de Rio Branco, acharam que o filme trataria ou tinha alguma relação com o kit⁴ anti-homofobia. Grupos conservadores ficaram sabendo e líderes religiosos do Acre passaram, então, a pressionar as autoridades políticas, para que estas tomassem uma providência perante o que chamavam de “desrespeito” da escola, na utilização do material. Enfim, sem maiores investigações vedaram todo o evento naquele ano.

Assim, o Estado brasileiro, através da atitude do Acre, retardou o debate sobre a temática mais uma vez, não correspondendo à demanda que os alunos, o espaço e a sociedade de modo geral possuem de trazer para a escola esclarecimentos sobre o tema. O cancelamento do evento, neste ano de 2011, em função do vídeo retratar a homossexualidade, deixou de lado questões que poderiam ser abordadas como, por exemplo,

o respeito às diversidades no ambiente escolar e aspectos relacionados aos direitos humanos.

A ação que partiu de um grupo evangélico conservador da sociedade, levantou polêmica quanto à laicidade do Estado brasileiro, suscitando questionamentos sobre a participação política de certos grupos nas instituições de poder. Como menciona Hall (2005, p. 59), “a maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta – isto é, pela supressão forçada da diferença cultural”. Aspecto que ainda podemos notar na sociedade recente, que tenta padronizar as diferenças mesmo sendo estas gritantes.

Breve análise pedagógica do curta

O curta-metragem, que tem duração de dezessete minutos, apresenta uma história viável para a realização de abordagem analítica sobre diversos aspectos retratados. Podemos citar como exemplo a inclusão social de um aluno com deficiência física, neste caso, visual. Podem ser abordados também os seguintes pontos: a interação de um aluno deficiente com os seus demais colegas e com os professores; a preparação e adequação da escola para receber este aluno; refletir se a escola, em que o curta esta sendo exibido, possui estrutura física e pedagógica para suprir a demanda de um aluno especial.

Simultaneamente, podemos iniciar uma reflexão sobre o descobrimento da sexualidade e da homossexualidade, pensando na postura que a escola pode adotar. O professor, ao trabalhar com imagens, deve orientar o olhar do aluno, chamando-lhe a atenção para aspectos relevantes. O professor, como mediador na sala de aula, também pode contribuir na construção do respeito com o próximo, independentemente de que este seja diferente dele, além de desmitificar estereótipos esclarecendo preconceitos formados por influência da mídia, pelo ambiente familiar ou por extrema falta de conhecimento.

Juntamente com os aspectos mencionados acima, o professor poderia ter abordado com os seus alunos: a relação de estranhamento com o novo, como é que eles se deparam e lidam com o que lhes é diferente, ou mesmo desconhecido, estimulando debates e reflexões por parte dos jovens. Para que o material tenha bons resultados, o enfoque escolhido pelo professor e a postura adotada perante a exploração do campo visual e auditivo é extremamente significativa na construção do conhecimento.

Segundo Metz (1991, p. 86), “o filme é um discurso significante localizável, sendo ele *gay* ou hetero, um objeto de linguagem do cinema, no qual diversos outros aspectos podem ser observados, por exemplo, tecnológico, econômico e sociológico”.

Inicialmente, as discussões poderiam enfocar a divisão de gênero existente na sociedade, pois há uma cena do curta que se passa na sala de aula, em que o professor faz uma divisão dos alunos para a realização de um trabalho. Nesse trabalho, os meninos devem pesquisar a cidade-estado de Esparta e o professor justifica-se, através da questão militar, uma vez que era algo marcante nesse espaço apontando, portanto, esta como uma atividade predominantemente de interesse masculino e, por isso, interessaria mais aos meninos do que às meninas. Além de focar especificamente na questão mais explícita do filme, isto é, as descobertas da sexualidade, os interesses pelo corpo e pela aparência e os modos de vivenciar tal aspecto.

O curta é de grande sensibilidade, sutileza e humanidade nas suas relações, mostrando um trio de adolescentes em uma história de amizade, descoberta, adaptação e proteção. Daniel Ribeiro, diretor do filme, já havia abordado a temática homoerótica em outra produção, chamada de “Café com leite”, de 2007. Louro muito tem a contribuir sobre este tipo de produção, como podemos notar na citação abaixo:

Porque falar em um cinema homoerótico é abordar mais que a expressão cultural-artística de uma identidade homossexual única e indivisível; trata-se de um meio de representação de uma pluralidade de identidades que se perpassam e misturam, sem que haja uma fronteira entre elas. São gays, lésbicas, bichas, travestis, *drag queens*, *drag kings*, *barbies*, *susies*, transexuais e tantos outros sujeitos possíveis que *saíram do armário* e ousaram se assumir no gênero e na sexualidade; eles transitam *pós-modernamente* entre suas diversas identidades, sendo aceitos ou não. [...] Essas práticas e esses sujeitos são estranhos, excêntricos, talvez se possam dizer que são simplesmente *queer*; enfim, eles e elas transgridem a imaginação, são incompreensíveis ou impensáveis e então são recusados, ignorados. (LOURO, 2004, p. 28).

Aos seis minutos e quinze do filme, temos uma cena no curtametragem, que ocorre em uma aula de História, cujo conteúdo é a Grécia Antiga. Essa temática exige uma detalhada análise de sua significação social, mesmo que durante o filme apareça de forma superficial. Essa

cena já havia sido mencionada como possibilidade de reflexão, o objetivo agora é especificar melhor os acontecimentos dela.

O professor (sexo masculino) faz uma divisão para a realização de um trabalho, na qual estipula que o trabalho deverá ser realizado por duplas formadas entre as meninas e por duplas formadas entre os meninos. O assunto dividido para os meninos é Esparta e para as meninas é Atenas. Esta cena está repleta de simbolismos do que nossa sociedade reflete. O gênero remete a considerar aspectos socialmente construídos, observando o que a cultura define como masculino e feminino, tratando-se de definições mutáveis. Segundo o trecho abaixo, de Maria Luiza Heilborn, podemos observar que: “A centralidade da mulher no domínio familiar e seu papel reprodutivo tende a construir a base da identidade feminina, já a identidade masculina é construída pela virilidade e força física”. (HEILBORN apud VIANNA; RIDENTI, 1998, p. 98).

A partir do tema escolhido pelo professor, há de se subentender que os meninos haveriam de se interessar mais por pesquisar o assunto Esparta sendo esta uma cidade-Estado poderosa, de sociedade militarista, onde seus cidadãos são modelos de soldados, vivem para guerrear. Simbolicamente representaria da melhor maneira o interesse do grupo, uma vez que o homem é construído preferencialmente por uma figura viril e máscula.

Com essa divisão, as meninas ficaram encarregadas de pesquisar sobre Atenas, o que lhes despertaria maior interesse, por ser o símbolo da cidade a figura de uma mulher, por haver na história desta cidade-Estado um centro cultural e intelectual, deixando assim algo mais delicado para as mulheres, por ser a arte um elemento de grande sensibilidade. Segundo Scott (1990, p. 76): “Discutir gênero é colocar em questionamento os preceitos normativos, culturais, político/organizacionais e subjetivos sobre tudo que está relacionado com a simbologia do masculino e feminino na sociedade”.

O Ocidente em transformação

A distinção entre macho e fêmea é algo que precede o próprio nascimento. Pais e mães costumam sentir-se curiosos em relação ao sexo do bebê. São sonhos e expectativas projetadas em uma criança que, logo ao nascer, se depara com objetos, roupas e acessórios, previamente estabelecidos, com base no que a cultura define ser masculino e feminino.

Logo, serão avisados, coagidos, educados e lapidados, ainda na infância, para serem homens e mulheres corretos(as), inseridos em normas social e historicamente construídas por dada sociedade.

Porém, nem todos conseguem atingir as expectativas que lhes são impostas desde o princípio. São mulheres que desejam tocar mulheres, são homens que beijam outros homens. Existem aqueles que parecem desconhecer os limites, as fronteiras e logo se relacionam entre ambos. O que dizer daquelas mulheres de gestos bruscos e não vaidosas, e dos homens excessivamente educados e sensíveis, além daqueles que ousam se vestir de mulher e a recíproca é também verdade, parecendo tais atitudes um afrontamento cultural?

Estamos diante de temas que envolvem gênero e sexualidades. Dois temas que se interligam, mas possuem suas diferenças. Nesse emaranhado de classificações encontra-se o masculino, o feminino e até o *queer*,⁵ mas, também, encontramos o heterossexual, o homossexual, o bissexual e outras. Louro contribui com nossos estudos, na medida em que estabelece a diferença entre os dois conceitos:

Observamos que os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, eles podem “viver seus desejos e prazeres sexuais” de muitos modos (WEEKS, apud BRITZMAN, 1996). Suas *identidades sexuais* se constituíram, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos e femininos e assim constroem suas *identidades de gênero*. Ora é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossas linguagens e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos e femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, índios, ricos, pobres etc.). O que importa considerar é que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. (LOURO, 2010, p. 26-27).

Essas noções de gênero e sexualidade, ainda que não com esses termos, mudaram de época a época e de lugar a lugar, durante a História. Da legitimidade do homoerotismo na Grécia Clássica, passando por condenação de sodomitas nas fogueiras da Idade Média europeia, até

chegarmos numa modernidade que, mais do que reprimir a sexualidade, a regula aos interesses do sistema vigente. “Cumprir falar do sexo como uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo”. (FOUCAULT, 2010, p. 30-31).

A pós-modernidade imprimiu contestações a tudo que se pretendia hegemônico, inclusive os papéis de gênero tão bem-definidos. Desta maneira, trocamos a afirmação de que o homem não pode usar rosa e a transformamos em pergunta: Por que o homem não pode usar rosa? Nesse efervescer de ideias, posições, vozes, instala-se um princípio de mudanças nas certezas progressistas de então. Aparece uma série de movimentos sociais que tanto são frutos dessa modernidade tardia quanto ajudam a caracterizá-la. Nesse sentido, Reis (2010, p. 111) nos diz: “A pós-modernidade desconstrói, deslegitima, deslembra, desmemoriza, o discurso da ‘razão que governa o mundo’. O conhecimento histórico estruturalista aborda um mundo humano parcial, limitado, descentrado e em migalhas.

Dessa forma, o Ocidente viu fortalecer o movimento feminista e o movimento *gay* após a década de 1960. Ambos os grupos foram importantes tanto pelas questões teóricas, questionando a sociedade patriarcal, machista e homofóbica, quanto pelas políticas de enfrentamento criadas por eles(as). A revolta de *Stonewaal*^b se tornou um marco do movimento *gay*. Ocorrida em 1969, ela foi um conflito travado entre os frequentadores do bar *Stonewaal Inn* (destinado à comunidade LGBT) e a polícia, devido às investidas abusivas da instituição no local.

No Brasil das décadas de 1960, 1970 e 1980, vivíamos sob uma ditadura militar. Isso não significa dizer que foi um período inerte aos movimentos sociais interessados na temática da sexualidade; ao contrário, avanços significativos aconteceram nesse período. Em 1976, é lançado o jornal feminista *Nós Mulheres*.⁷ Dois anos depois, é a vez de intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo fundarem o *Lampião de Esquina*, dedicado ao público *gay*. “No campo cultural, os cantores de MPB, como Ney Matogrosso e Caetano Veloso, projetavam uma imagem andrógina e insinuavam sua bissexualidade ou homossexualidade.” (GREEN, 1999, p. 396).

Nesse contexto, em meados das décadas de 1980 e 1990, a epidemia da Aids fez com que os(as) homossexuais sentissem toda ofensiva

homofóbica de médicos, jornalistas, policiais e demais cidadãos defensores da “família” e da sexualidade legítima. Período que foi difícil, pois o medo estava instalado; o sensacionalismo e proveitos diante do tema, também.

No entanto, redes de solidariedades foram construídas e, com o passar dos anos, o discurso preconceituoso, temeroso e higienista, que também incluía extermínio e enclausuração, passa a dar espaço aos estudos sobre a doença e as políticas públicas de enfrentamento à Aids. Nessa perspectiva, Pereira nos diz que:

Um dado que, já há alguns anos, faz parte do universo mais geral dessa “Cultura Gay” é a AIDS. Se, de um lado, ela veio reforçar antigos preconceitos que já pareciam ultrapassados, como vimos anteriormente, por outro, ela, pelo enorme drama social que ela evoca, coloca as sociedades e os Estados em confronto direto com a necessidade de implementar, por exemplo, políticas de prevenção, o que os obriga, em muitas situações, a lidar diretamente com os grupos gays organizados. (2004, p. 59).

Desde o mencionado conflito de *Stonewall* e a consecutiva instauração do *28 de Junho*, como o dia do *Orgulho Gay*, os movimento LGBTs vêm, nas últimas décadas, protestando contra a homofobia e reivindicando os direitos não assegurados a essa parcela da população. Nesse contexto, a Parada do Orgulho Gay surgiu como mais um projeto de ação afirmativa que, em poucos anos, se tornou um dos movimentos mais importantes no tocante à militância homossexual em diversos países do mundo.

No Brasil, a Parada *Gay* de São Paulo é considerada uma das maiores do mundo, devido ao número de participantes que todos os anos comparecem na Avenida Paulista. A primeira edição do evento na cidade paulista foi no ano de 1997. Em 2004, sete anos após a primeira passeata, foram reunidos no centro de São Paulo cerca de 1,5 milhões de pessoas e, no ano seguinte, os números chegam a 1,8 milhões de pessoas, segundo dados da Polícia Militar e publicados na *Folha Online*.

Dessa forma, tanto o número de participantes quanto a divulgação nas mídias e as presenças constantes de políticos e artistas nesses eventos mostram o quanto essa ferramenta de luta pelo fim do preconceito sexual ganhou visibilidade na sociedade brasileira e veio contribuir com uma nova conscientização política e social sobre o respeito à diversidade sexual.

Vimos então, de forma simplificada, que a segunda metade do século XX foi marcada pela intensa luta das chamadas “minorias sexuais”, no que se refere à busca por direitos civis e à conscientização da homofobia, como um problema existente e violento, que não costuma fazer por vítima somente os(as) homossexuais como também todos aqueles que se afastam dos ideais de masculinidade e feminilidade independentemente de sua orientação sexual.

Nesse sentido, voltando nossos olhares para o Brasil atual, percebemos que é um período de mudanças, no que tange tanto a distintas identidades de gênero quanto às diversas formas de manifestar a sexualidade. Mas, certamente, as mudanças não são nem completas nem inúteis. Nosso objetivo é entender o contexto político-social e cultural do nosso País, que nos permita responder os porquês do cancelamento do curta-metragem *Eu não quero voltar sozinho*, no Cine Educação no Acre.

O curta *Eu não quero voltar sozinho* foi produzido em 2010 e, no ano seguinte ocorreu sua censura no *Cine Educação* do Acre. É necessário lançarmos nosso olhar aos anos mencionados e refletir que espaços tinham os assuntos ligados à temática do homoerotismo, o que era difundido publicamente. Para isso, utilizamos aqui reportagens de ampla divulgação nacional em *sites* de notícias.

O caminho rumo ao Palácio do Planalto em 2010, fez emergir um latente debate no campo político, suscitado pelas eleições presidenciais. Dilma Rousseff do PT e José Serra do PSDB enfrentaram indagações acerca do casamento *gay* durante toda a campanha eleitoral. Não importando, nesse momento, discutir a opinião de ambos mas perceber que o debate estava posto. Assim, percebemos que, com o passar das últimas décadas, a cidadania homossexual passou a ser tema de interesse dos discursos políticos.

Nesse contexto, a militância “abria os olhos” dos eleitores e pedia o fim da violência. A Parada *Gay* de São Paulo, em 2010, levava o tema “Vote contra a homofobia, defenda a cidadania”. O *slogan* claramente refletiu a importância de discutir a diversidade sexual em ano eleitoral, visando, certamente, à conscientização da sociedade rumo à escolha de representantes que se engajassem na busca dos direitos dos homossexuais. Da mesma forma, alertava sobre os casos de assassinatos e espancamentos motivados pela homofobia que crescia no País (segundo o órgão responsável pelas pesquisas).

O Grupo Gay da Bahia, liderado pelo antropólogo e ativista Luiz Mott, organiza anualmente um relatório com o número de assassinatos motivados por intolerância sexual. Os dados são retirados de matérias de crimes homofóbicos publicados pelas mídias. Segundo o órgão, foram em 2009 198 assassinatos, oito mortes a mais que no ano anterior. Em 2010, os crimes chegam à marca de 260 mortes e, no ano seguinte, foram 268 pessoas assassinadas.

Por outro lado, avanços também foram constatados. Se no Legislativo ainda encontramos empecilhos que permitam uma cidadania plena a pessoas que têm por orientação uma sexualidade não hegemônica,⁸ no Judiciário apresenta-se um novo quadro. O Superior Tribunal Federal (STF) reconhece a união homoafetiva como entidade familiar em 2011. No mesmo ano, o IBGE realiza pela primeira vez um recenseamento sobre os cônjuges homoafetivos. Tão importante quanto os números apresentados, é pensarmos na iniciativa do Instituto de visibilizar esses casais.

Portanto, entende-se que o nosso tempo questiona todo aquele ideal de feminilidade e masculinidade que a modernidade forjou desde as Revoluções Industrial e Francesa. Modelos estes fortemente observados, também, nos regimes totalitários do século XX. No entanto, isso não significa dizer que, na nossa sociedade, os *centros*⁹ foram completamente banidos; ao contrário, eles ainda atuam nas relações de poder e devem ser questionados e problematizados.

No tocante à sexualidade ocorre o mesmo, ou seja, a heterossexualidade produzida, reproduzida, concebida, legitimada, como a forma saudável e correta de vivenciar amores, paixões e desejos, agora tem sua hegemonia contestada, na medida em que surgem outros modelos de sexualidade que podem ser manifestados, de forma mais aberta que outrora. O que também não significa dizer que parte da sociedade ainda se esforça em preservar as tradicionais manifestações da sexualidade. Assim, podemos pensar que vivemos em um período de transformações, em que coexistem discursos plurais e até contraditórios, mas que debatem mais as questões de gênero e sexualidade (na mídia, na política, no esporte) que em outros períodos históricos no Brasil.

Por que *Eu não quero voltar sozinho* foi censurado?

Eu não quero voltar sozinho tem por característica tanto representar o despertar do interesse amoroso entre dois jovens do mesmo sexo, quanto quebrar tradicionais estereótipos construídos para o homoerotismo. Não abordando o tema pelo prisma da repressão, Daniel Ribeiro apresenta uma relação entre garotos, sem o determinismo do interesse físico, tão típico de uma caricatura que, durante muito tempo, foi e, ainda é, difundida pela mídia.

Representar uma relação homoafetiva de modo simples, sem estereótipos, foi um fator decisivo para que o material em questão fosse escolhido por profissionais da educação do Acre, para fazer parte do *Cine Educação*. Desse modo, acreditamos ser justamente essa abordagem um dos motivos centrais da reprovação de autoridades conservadoras e líderes religiosos.

Não acreditamos na ideia de que a cultura midiática exerce um poder absoluto sobre tudo e todos, mas também não somos ingênuos de não perceber a grande influência que ela possui. Portanto, uma análise mais cuidadosa nas representações construídas pela mídia tem grande utilidade, visto ser ela é uma das instituições que mais proporciona modelos aos sujeitos de uma determinada sociedade.

Nessa perspectiva, o que se passa (ou não) na televisão é foco de olhos que vigiam a forma como este ou aquele assunto é retratado, esse ou aquele sujeito é representado. Na sociedade pós-moderna, são muitos os olhos, da direita à esquerda, do Norte ao Sul do País, dos mais aos menos privilegiados de poder aquisitivo; todos estão atentos aos discursos dos grandes meios de comunicação e às identidades forjadas pelos mesmos.

Temas que envolvam as questões LGBTs costumam estar acompanhados de polêmica e de grandes discussões, tanto em jornais, como revistas e também nas redes sociais. Contudo essa polêmica tem suas motivações e seus objetivos, e uma leitura crítica do que se levanta para debate também nos ajuda a compreender os discursos dominantes de uma sociedade. A cena de um rapaz homossexual assassinado por um grupo de homofóbicos, na novela *Insensato coração* (2011) da Rede Globo, não causou nenhuma grande polêmica e discussão se comparada à do beijo *gay* de Félix (Mateus Solano) e Nico (Thiago Fragoso) em *Amor à vida* (2013-2014).

Sendo assim, percebemos quanto o preconceito por orientação sexual no Brasil ainda é considerável, mesmo frente a todas as mudanças já mencionadas acima. A sociedade brasileira não problematiza tanto as cenas de violência como algo danoso à família, se comparadas às representações de amor não heterossexuais. Dessa forma, “concebemos” a representação de um homicídio em horário nobre como natural, e consideramos a exibição de um beijo *gay*, uma expressão de amor, ainda que não tradicional, como uma afronta à cultura, à moral, aos costumes; um mal do qual nossas crianças devem ser protegidas.

Nesse caso, o beijo se torna mais chocante do que a violência. Talvez se o vídeo de Daniel Ribeiro retratasse sobre casos de *bullying* homofóbico no ambiente escolar, mostrando as características piadinhas, agressões e isolamento, poderia a polêmica sequer ter existido. Assim como na novela, quanto mais próxima da naturalidade a história for representada (como o caso do curta), mais resistência haverá daqueles que não desejam ver as fronteiras da sexualidade ser superadas, no tocante à legitimidade de uma e da marginalidade das demais. Entende-se, assim, que retratar cenas de violência num curta, ou de um assassinato na novela, está dentro da normalidade da nossa sociedade.

Sob outro olhar, observamos a preocupação com a faixa etária dos estudantes. A ideia de cuidar a infância e a proteger do “perigo da homossexualidade” encontra-se presente compulsoriamente nos discursos de setores conservadores frente às conquistas LGBTs. Sem pretendermos nos aprofundar na questão, percebemos que: enquanto os movimentos sociais e pesquisadores das diversas áreas do conhecimento acreditam que a erradicação da homofobia passa por um trabalho de conscientização com os jovens, os setores conservadores temem que esses mesmos jovens possam ser influenciados no exercício de sua sexualidade.

Considerações finais

Defendemos nesse artigo que as sociedades ocidentais, em particular a do Brasil, passam por transformações acerca do que entendemos por homossexualidade. Sabemos, também, que, após as décadas de 1960, os movimentos sociais e acadêmicos passaram a questionar os tradicionais padrões de gênero e sexualidade, fazendo surtir uma série de conquistas para aqueles que não se identificavam seja com a construção do masculino e do feminino vigente, seja com a heterossexualidade, a única manifestação da sexualidade aceitável após as revoluções burguesas.

Assim, entendemos que *Eu não quero voltar sozinho* foi vetado por setores conservadores e/ou religiosos devido à forma sensível e natural como a história é contada. O caso que ocorreu no Cine Educação é ilustrativo em relação ao que acontece num plano mais abrangente no nosso País. Se pensarmos, como já citado, a discussão sobre o beijo *gay* na televisão ou, ainda, se pensarmos sobre a “luta” pela aprovação da PLC 122/06 (Projeto de Lei que criminaliza a homofobia) no Congresso Nacional brasileiro, notamos que o que está em disputa nessas relações de poder é manter as fronteiras da sexualidade e os privilégios da heterossexualidade perante as demais manifestações sexuais.

Dessa forma, quando nos propomos a pensar acerca desse episódio no Acre, queríamos, na verdade, refletir acerca das relações de força existentes atualmente no Brasil acerca da homossexualidade, tomando o caso como exemplo e inserindo-o numa análise maior. Os discursos em favor da diversidade sexual se confrontam com aqueles discursos que entendem as sexualidades não hegemônicas como antinaturais, anormais e ilegítimas.

Nesse campo de confronto, tivemos avanços significativos como a União Homoafetiva sendo reconhecida como entidade familiar pelo Superior Tribunal Federal (STF) no ano de 2011. No entanto, se comparados a outros países, ainda estamos estagnados em diversos outros pontos, como, por exemplo, na aprovação de uma lei que criminaliza atos homofóbicos e o discurso de ódio, que mesmo havendo um projeto (PLC 122) tramitando há mais de uma década no Legislativo, a bancada conservadora e a religiosa vêm obtendo êxito em barrar a aprovação desse projeto.

Por fim, acreditamos que, visto o número de violência e as marcas deixadas pelo preconceito sexual, é necessária a promoção de mais eventos como o *Cine Educação*, que vise refletir acerca das diferenças e do respeito a todas as pessoas, independentemente de quaisquer variáveis como etnia, religião, sexo, sexualidade, etc. Da mesma forma, precisamos cobrar das autoridades políticas que façam valer a Constituição e que não mais permitam a censura de materiais que se mostram como ferramentas eficazes contra o preconceito, nem negue o direito do professor e da instituição escolar de trabalhar com essas temáticas.

Notas

¹ Entre os *sites* que noticiaram a censura do curta podemos destacar as seguintes *links*: <<http://www.peticaopublica.com.br/pv/w.aspx?pi=P2011N11191>>, <<http://racismoambiental.net.br/2013/04/o-curta-eu-nao-queiro-voltar-sozinho-foi-censurado-no-acre/>>, <<http://antrocine.blogspot.com.br/2013/04/censura-no-cinema-hoje.html>>, <<http://www.revistasina.com.br/portal/movimentos-sociais/item/1261-censura-no-cinema-rasileiro?tmpl=component&print=1>>, <<http://www.revistaviag.com.br/second-pagina.php?id=1093>>, <<http://mariadapenhaneles.blogspot.com.br/2013/04/olha-o-mico-homofobico-acre-proibido.html>>, <<http://ulbra-to.br/encena/2013/09/09/Eu-nao-queiro-voltar-sozinho>>. Acesso em: 11 maio 2013.

² Para assistir ao curta *online*, o mesmo encontra-se disponível no link: <<http://www.youtube.com/watch?v=1Wav5KjBHI>>. Acesso em: 11 mar. 2013. O curta também possui um *site* próprio: <<http://eunaoquerovoltarsozinho.com.br/>>. Acesso em: 10 maio 2013.

³ Os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos que auxiliam a composição da grade curricular de uma instituição educativa. Os temas transversais estão disponíveis em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2013.

⁴ O *kit* anti-homofobia foi um material didático preparado pelo Ministério da Educação, que teve sua distribuição proibida. Ele continha: cartilha, cartazes, pôsteres e cinco vídeos educativos, desenvolvido em parceria entre o Ministério da Educação, Ministério da Saúde e por entidades de defesa dos direitos humanos e da população LGBT. Foi desenvolvido para o ambiente escolar,

por ser este considerado um ambiente hostil para a diversidade sexual. Causou grande polêmica mesmo antes de ser distribuído nas escolas, sendo alegado, principalmente na internet, que influenciaria a homossexualidade.

⁵ Entende-se por *queer* aqui as identidades de gênero que não obedecem aos padrões normativos do masculino e do feminino. Ou seja, estamos diante de sujeitos que não se reconhecem nos papéis fechados, construídos e atribuídos historicamente a homens e mulheres. A *Teoria Queer* surgiu de um encontro entre os estudos culturais norte americano e do pós-estruturalismo francês. Entre os autores que contribuíram para o desenvolvimento dessa teoria citamos: Foucault, Derrida e Judith Butler.

⁶ A Rebelião de *Stonewall* foi um conflito entre os frequentadores do bar *Stonewall Inn* e a polícia. A casa noturna ficava na cidade de New York e era destinada ao público LGBT. O episódio teve início no dia 26 de junho de 1969 e durou alguns dias; o conflito foi motivado pelos insistentes abusos policiais aos clientes do lugar. A data do ocorrido tornou-se posteriormente um dia representativo de lembranças e afirmação do Orgulho *Gay*.

⁷ A revista *Nós Mulheres* era publicada por militantes feministas em meio ao regime ditatorial do Brasil. A revista circulou em São Paulo e contou com oito edições no período que corresponde aos anos de 1976 e 1978. Para obter mais informações a respeito do jornal, verificar o artigo de Vasconcelos e Aliende, referenciado no artigo.

⁸ Entendemos por sexualidades não hegemônicas todas as manifestações sexuais que não sejam a heterossexualidade. O desejo pelo sexo oposto foi

construído no Ocidente moderno, como a forma legítima e saudável de viver a sexualidade.

⁹ Entendemos por centro as características de gênero e sexualidades que se mantêm hierarquicamente no topo das relações de poder e das forças simbólicas. Para o gênero masculino, estão no centro os sujeitos que

mais se identificam com valores construídos para os homens: virilidade, força, equilíbrio, bem-sucedido, etc. nas sexualidades o centro é aqueles que mantêm relações heterossexuais, consideradas saudáveis, legítimas, sendo utilizadas como modelo de organização social.

Referências

- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. 13. ed. Rido de Janeiro: Graal, 1988.
- GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HEILBORN, Maria Luiza apud VIANNA, Cláudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998. p. 93-106.
- LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *queer* como políticas de conhecimento. In: LOPES, Denilson (Org.). *Imagem & diversidade sexual: estudos da homocultura*. São Paulo: Nojosa, 2004.
- LOURO, Guacira L. Teoria queer: uma política pós-identitária para educação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9635/0>>. Acesso em: 8 jan. 2014.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O Impacto da Aids, a afirmação da “cultura gay” e a emergência do debate em torno do “masculino” – fim da homossexualidade? In: RIOS, Luís Felipe et al. (Org.). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: Abia, 2004. Disponível em: <<http://vagnerdealmeida.com/Publications/AnaisHomossexualidade.pdf#page=53>>. Acesso em: out. 2014.
- METZ, Christian. *Linguagem e cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- REIS, José C. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: UFRGS, v. 16, 1990.

TRINDADE, Ronaldo. O mito da multidão: uma breve história da parada gay de São Paulo. In: *Gênero* [online]. Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011, v.11, n.2, p.73-97. Disponível em: <<http://www.revista-genero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/332/244>>. Acesso em: maio 2014.

VASCONCELOS, Nayara Maria; ALIENDE, Carmem Sílvia. Nós Mulheres: reflexões sobre o jornalismo feminista malcomportado. In: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*. Vitória, ES, 13 a 15 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-0405-1.pdf>>. Acesso em: jun. 2013.